



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
VIADUTO SANTA EFIGÊNIA, 266, 5º ANDAR - Bairro CENTRO, São Paulo/SP, CEP 01033-907
Telefone: (11) 3544-3320 - http://www.inss.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 35014.285415/2022-92

PREGÃO ELETRÔNICO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO

POLOS I E IV**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE I****1. DO OBJETO**

- Contratação de empresa de engenharia especializada para executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização, com cobertura de risco, com fornecimento de peças, materiais, mão de obra, insumos e demais elementos necessários ao pleno funcionamento dos aparelhos do tipo mini-split, ar condicionado de janela, self-contained a ar incorporado, self-contained a ar remoto, self-contained a água remoto, central de água gelada (chiller), split de alta capacidade, VRF (variable refrigerant flow) e demais equipamentos constituintes do sistema de climatização dos imóveis de uso do INSS no Estado de São Paulo, centralizados através dos Pólos I e IV, administrados pela Superintendência Regional Sudeste - I, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.
- Contratação de serviços sob demanda de limpeza e higienização de dutos e demais componentes constituintes do sistema de distribuição de ar, de remanejamento de equipamentos de ar condicionado de janela e do tipo mini-split, e serviços de recomposição de linhas frigorígenas, inclusive solda, conexões, curvas, isolamento e suportes a serem executados nos imóveis de uso do INSS no Estado de São Paulo, centralizados através dos Pólos I e IV, administrados pela Superintendência Regional Sudeste - I, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento. Esses serviços serão solicitados se e quando a Administração julgar necessário. Sua previsão não gera direito à contratação.
- Será adotado o critério de julgamento do tipo "Menor Preço Por Grupo". A descrição de cada grupo encontra-se resumida no quadro abaixo, bem como seus valores máximos aceitáveis. A descrição pormenorizada de cada um dos grupos, incluindo informações como localidades, tipo, modelo, quantitativo e capacidade dos equipamentos e quantitativo de dutos encontram-se nos anexos A-I (Pólo I) e A-IV (Pólo IV).

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MÁX
POLO I	1	Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais, mão de obra, insumos e demais componentes de aparelhos de ar condicionado dos tipos janela, mini-split, self-contained a ar incorporado, self-contained a água remoto, chiller, VRF, split de alta capacidade e demais equipamentos constituintes do sistema de climatização, bem como seus acessórios e sua infra-estrutura.	584 equipamentos	R\$ 52.353,35
			2175 TR	
		SOB DEMANDA	PREVISÃO ANUAL	VALOR MÁX
	2	Limpeza e higienização de dutos [m]*	6745,80	R\$ 28,76
		Remanejamento de equipamento mini-split [un]	45	R\$ 1.689,15
		Remanejamento de equipamento do tipo ar condicionado de janela [un]	26	R\$ 721,33
		Reposição completa de linha frigorígena – 1/4" [m]	80	R\$ 51,63
		Reposição completa de linha frigorígena – 3/8" [m]	80	R\$ 52,54
		Reposição completa de linha frigorígena – 1/2" [m]	80	R\$ 66,10
		Reposição completa de linha frigorígena – 5/8" [m]	80	R\$ 77,45
		Reposição completa de linha frigorígena – 3/4" [m]	80	R\$ 89,93
		Reposição completa de linha frigorígena – 7/8" [m]	80	R\$ 108,92

	Reposição completa de linha frigorígena – 1” [m]	30	R\$ 133,32
	Reposição completa de linha frigorígena – 1.1/8” [m]	30	R\$ 135,68
	Reposição completa de linha frigorígena – 1.1/4” [m]	30	R\$ 188,30
	Reposição completa de linha frigorígena – 1.3/8” [m]	30	R\$ 190,16
	Reposição completa de linha frigorígena – 1.1/2” [m]	30	R\$ 222,27
	Reposição completa de linha frigorígena – 1.5/8” [m]	30	R\$ 225,58

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MÁX
POLO IV	1	Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais, mão de obra, insumos e demais componentes de aparelhos de ar condicionado dos tipos janela, mini-split, self-contained a ar incorporado, self-contained a água remoto, chiller, VRF, split de alta capacidade e demais equipamentos constituintes do sistema de climatização, bem como seus acessórios e sua infra-estrutura.	452 equipamentos	R\$ 44.434,23
			1257 TR	
		SOB DEMANDA	PREVISÃO ANUAL	VALOR MÁX
	2	Limpeza e higienização de dutos [m]*	3.455,00	R\$ 28,76
		Remanejamento de equipamento mini-split [un]	34	R\$ 1.689,15
		Remanejamento de equipamento do tipo ar condicionado de janela [un]	30	R\$ 732,73
		Reposição completa de linha frigorígena – 1/4” [m]	80	R\$ 51,63
		Reposição completa de linha frigorígena – 3/8” [m]	80	R\$ 52,54
		Reposição completa de linha frigorígena – 1/2” [m]	80	R\$ 66,10
		Reposição completa de linha frigorígena – 5/8” [m]	80	R\$ 77,45
		Reposição completa de linha frigorígena – 3/4” [m]	80	R\$ 89,93
		Reposição completa de linha frigorígena – 7/8” [m]	80	R\$ 108,92
		Reposição completa de linha frigorígena – 1” [m]	30	R\$ 133,32
		Reposição completa de linha frigorígena – 1.1/8” [m]	30	R\$ 135,68
		Reposição completa de linha frigorígena – 1.1/4” [m]	30	R\$ 188,30
		Reposição completa de linha frigorígena – 1.3/8” [m]	30	R\$ 190,16
		Reposição completa de linha frigorígena – 1.1/2” [m]	30	R\$ 222,27
		Reposição completa de linha frigorígena – 1.5/8” [m]	30	R\$ 225,58

*: A quantidade prevista para a limpeza de dutos equivale a duas vezes a metragem total de dutos de todas as localidades. A quantidade prevista de amostras a serem coletadas equivale a duas vezes a análise da qualidade do ar de todas as localidades.

6. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

7. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

8. Os serviços de remanejamento de equipamentos de janela incluem: o fechamento da alvenaria de onde foi retirado o equipamento, acabamento e pintura, a abertura da alvenaria do novo local, a confecção do quadro (moldura) para fixação do equipamento em cantoneira de ferro com pintura esmalte sintético, a instalação do ponto de força para alimentação do equipamento e instalação de tubulação de drenagem em PVC para água fria com

revestimento anticondensante. Os cabos e os disjuntores para proteção do circuito devem ser compatíveis com o equipamento e em conformidade com a norma NBR 5410.

9. Os serviços de remanejamento de equipamentos do tipo split contemplam: o fornecimento e a instalação de suportes de condensadora e evaporadora, a tubulação frigorígena com revestimento térmico isolante, procedimento de limpeza da tubulação com Formiato de Metila - ONU 1243, vácuo e complementação de fluido refrigerante, instalação de ponto de alimentação elétrica, instalação de tubulação para drenagem em PVC para água fria com revestimento anticondensante, fornecimento de bomba de dreno (se necessário) e instalação do cabeamento PP para comunicação na quantidade de vias que se fizerem necessárias, furação em alvenaria para passagem de tubulação, fechamento da mesma, arremates e pintura. Os cabos e os disjuntores para proteção do circuito devem ser compatíveis com o equipamento e em conformidade com a norma NBR 5410. O diâmetro da tubulação de drenagem deve estar em conformidade com as exigências do fabricante do equipamento.
10. Os serviços de limpeza e higienização de dutos incluem também a substituição dos dutos flexíveis que se fizerem necessários por outros novos de mesmas características.
11. Os serviços de reposição de linhas frigorígenas inclui além da tubulação de cobre, solda foscoper, curvas e conexões, suportes, isolamento térmico, proteção mecânica, limpeza da tubulação com fluido ecomate (Formiato de Metila - ONU 1243), teste de estanqueidade através de pressurização com gás nitrogênio seco e complementação de fluido refrigerante (R-410A, R-22, R-407C, YH-222A, etc) e de óleo lubrificante (mineral, polioléster, etc).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

1. A manutenção do sistema de climatização visa:

- Evitar o gasto na substituição de equipamento por mau uso (falta de manutenção) que diminui a vida útil dos equipamentos;
 - Evitar o funcionamento inadequado que acarreta desconforto aos usuários;
 - Evitar que o sistema esteja operando fora das condições de projeto;
 - Evitar as falhas dos equipamentos de climatização que podem inviabilizar a continuidade dos serviços do Instituto, portanto causam um prejuízo ao bem público;
 - Evitar os riscos para saúde.
2. A falta de manutenção gera prejuízos para a administração e pode prejudicar a prestação de serviços aos segurados e os demais serviços administrativos do Instituto. As condições ambientais das diversas cidades do Estado de São Paulo onde há Agências da Previdência Social exigem cuidados com o condicionamento de ar para que se possam realizar as atividades dentro de níveis aceitáveis, respeitando as normas de saúde do trabalho que estabeleçam parâmetros de temperatura, velocidade do ar, ruído, umidade relativa e qualidade do ar.
 3. A atividade de manutenção provoca economia, pois os equipamentos funcionam nas condições ideais. A eficiência é maior com a contratação de terceiros, pois uma empresa especializada investe em treinamento e possui ferramental e maquinário adequado para realizar o serviço. Além da administração não precisar estocar peças de reposição e ter um serviço realizado de forma mais célere.
 4. A contratação contempla a manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças. O parcelamento destas atividades acarreta em prejuízos para a administração, pois na óptica técnica existem dezenas de marcas com centenas de componentes diferentes o que exigiria uma especificação diferente para cada item e a troca do componente que deveria ser imediata provocará a paralisação do equipamento até o fim do trâmite de aquisição justamente agravando o problema que deveria evitar, ou seja, o parcelamento implica em inviabilidade técnica e prejuízo para a administração.
 5. As manutenções preventiva e corretiva se relacionam, pois a manutenção preventiva só pode ser feita com o equipamento em funcionamento, ou seja, o reparo dos equipamentos danificados e a boa realização de manutenções preventivas diminui a ocorrência de falhas (quebras de equipamentos). Muitas vezes a engenharia analisa as falhas ocorridas (corretiva) e cria uma ação (preventiva) para diminuir o risco de quebras indesejadas (corretivas), logo o gerenciamento em conjunto da manutenção preventiva e corretiva são interdependentes e trazem enormes vantagens para a administração.
 6. A contratação com cobertura de risco foi escolhida, pois assim a empresa tem mais interesse em prestar um serviço de manutenção preventiva eficiente para evitar manutenções corretivas. Ao não optar pela cobertura de risco há a possibilidade de que a empresa contratada negligencie a manutenção preventiva de forma que ela receba um valor mensal maior, devido ao aumento do número de manutenções corretivas e troca de peças. Além disso, não há especialistas em engenharia mecânica em cada uma das sedes de prestação dos serviços para fazer a avaliação da necessidade de troca de cada peça em uma manutenção corretiva, o que pode gerar pagamentos por peças que não são necessárias.
 7. Os serviços e materiais são dependentes, pois o serviço de manutenção só pode ser feito com o fornecimento de insumos e peças.
 8. O serviço de manutenção tem natureza continuada, portanto visa assegurar andamento normal dos serviços do INSS.
 9. A Lei 13.589, de 4 de janeiro de 2018, dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes, exigindo que todos os edifícios de uso público e coletivo que possuem ambientes de ar interior climatizado artificialmente devem dispor de um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC dos respectivos sistemas de climatização, assegurando a eliminação ou minimização de riscos potenciais à saúde dos ocupantes:

Art. 1º Todos os edifícios de uso público e coletivo que possuem ambientes de ar interior climatizado artificialmente devem dispor de um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC dos respectivos sistemas de climatização, visando à eliminação ou minimização de riscos potenciais à saúde dos ocupantes.

§ 1º Esta Lei, também, se aplica aos ambientes climatizados de uso restrito, tais como aqueles dos processos produtivos, laboratoriais, hospitalares e outros, que deverão obedecer a regulamentos específicos.

§ 2º (VETADO).

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I – ambientes climatizados artificialmente: espaços fisicamente delimitados, com dimensões e instalações próprias, submetidos ao processo de climatização por meio de equipamentos;

II – sistemas de climatização: conjunto de instalações e processos empregados para se obter, por meio de equipamentos em recintos fechados, condições específicas de conforto e boa qualidade do ar, adequadas ao bem-estar dos ocupantes; e

III – manutenção: atividades de natureza técnica ou administrativa destinadas a preservar as características do desempenho técnico dos componentes dos sistemas de climatização, garantindo as condições de boa qualidade do ar interior.

Art. 3º Os sistemas de climatização e seus Planos de Manutenção, Operação e Controle - PMOC devem obedecer a parâmetros de qualidade do ar em ambientes climatizados artificialmente, em especial no que diz respeito a poluentes de natureza física, química e biológica, suas tolerâncias e métodos de controle, assim como obedecer aos requisitos estabelecidos nos projetos de sua instalação.

Parágrafo único. Os padrões, valores, parâmetros, normas e procedimentos necessários à garantia da boa qualidade do ar interior, inclusive de temperatura, umidade, velocidade, taxa de renovação e grau de pureza, são os regulamentados pela Resolução no 9, de 16 de janeiro de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, e posteriores alterações, assim como as normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

10. Em suma, todos os edifícios públicos terão que fazer a manutenção dos sistemas de climatização a partir de um Plano de Manutenção, Operação e Controle com o objetivo de prevenir ou minimizar riscos à saúde dos ocupantes. O plano deverá obedecer a parâmetros regulamentados pela RE 09/03 ANVISA e posteriores alterações, assim como às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
11. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018 constituindo-se em serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, que podem ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a

tomada de decisão para o contratado. Estes serviços também não envolvem a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; não são considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; não estão relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; nem são inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

12. Neste diapasão, a pretensa contratação se justifica, em suma, pela indisponibilidade de mão de obra especializada no quadro de servidores da Administração Pública Federal para a execução de diversos serviços e em várias especialidades, que compõem o objeto desta licitação, conforme o Decreto nº 4.547 de 27 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a extinção de cargos efetivos no âmbito da Administração Pública Federal. Ainda, existe a falta de equipamentos, ferramental e treinamento para a execução desses serviços.
13. Ainda há que se considerar a constante necessidade de adequação da estrutura física das unidades às demandas que se apresentam, sejam emanadas do público-alvo, sejam emanadas dos órgãos gestores/coordenadores.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

1. A descrição da solução como um todo contempla a contratação dos serviços:

- Elaboração de PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle);
- Manutenção preventiva, contemplando todas as atividades constantes do PMOC e todos os requisitos e orientações constantes da norma NBR 13.971 - Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento - Manutenção programada. Deverão ser fornecidos todos os materiais de consumo necessários para a execução das atividades, tais como fluido refrigerantes diversos (R-410A, R-22, R-407C, YH-222a, etc), óleo lubrificante (Polioléster, mineral, etc), desincrustantes, revestimentos esponjosos anticondensante, solda foscoper, ferramentas e equipamentos de medição diversos;
- Manutenção corretiva contemplando a substituição de todas as peças e quantas intervenções se fizerem necessárias para o pleno funcionamento dos equipamentos constituintes do sistema de climatização das diversas unidades constituintes de cada pólo;
- Limpeza e higienização de dutos sob demanda. No caso de dutos flexíveis, estes deverão ser substituídos quando por outros novos de mesmas características quando estiverem danificados ou sua limpeza for inviável de ser executada;
- Remanejamento de equipamentos do tipo ACJ e mini-split sob demanda;
- Recomposição de linhas frigorígenas sob demanda, contemplando todas as curvas, conexões, suportes e ancoragens, revestimento isolante, proteção mecânico com alumínio corrugado ou chapa galvanizada, solda foscoper, teste de estanqueidade e complementação do fluido refrigerante;
- Os serviços deverão ser executados por profissionais habilitados e empresas devidamente cadastradas nos respectivos conselhos de classe e que possuem em sua razão social a indicação do CNAE referente às atividades objeto da contratação;
- O contrato estará sujeito à emissão da respectiva ART.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

1. Trata-se de serviço comum de engenharia de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
4. Os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos pelo edital e as especificações contidas neste mesmo Termo de Referência são usuais no mercado, onde inúmeras empresas prestam este tipo de serviço, existindo disponibilidade imediata para sua execução, além de permitir o pré-estabelecimento do prazo de execução dos serviços e prazo de vigência do contrato. Conclui-se assim que o objeto deste contrato trata-se da execução de serviço comum de engenharia.
5. Desta forma, optou-se pela licitação na modalidade “PREGÃO”, em sua forma eletrônica, baseado no art. 1º do Decreto nº 10.024/2019, pois a manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar condicionado, como especificado acima, enquadra-se como serviço comum de engenharia.
6. O serviço é definido como continuado no âmbito da Administração Pública por não poder sofrer interrupção, suspensão, solução de continuidade, sob pena de causar prejuízo ou dano, ou seja, trata-se de uma necessidade permanente e indispensável.
7. A contratação de serviços de manutenção de ar condicionado tem por objetivo garantir o pleno, perfeito e ininterrupto funcionamento das instalações, sistemas e equipamentos, garantindo assim, a otimização do desempenho e o aumento da vida útil. Essas ações devem ser garantidas através de instrumentos ágeis de atuação, para que se tenha equipamentos em boa conservação, segurança, confortável e confiável.
8. A Lei nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018, dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambiente e define que “todos os edifícios de uso público e coletivo que possuem ambientes de ar interior climatizado artificialmente devem dispor de um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC dos respectivos sistemas de climatização, visando à eliminação ou minimização de riscos potenciais à saúde dos ocupantes”.
9. O PMOC é definido na Portaria do Ministério da Saúde Nº 3.523, de 28 de agosto de 1998. Em seu art. 6º define que:

“Art. 6º Os proprietários, locatários e prepostos, responsáveis por sistemas de climatização com capacidade acima de 5 TR (15.000 kcal/h = 60.000 BTU/H), deverão manter um responsável técnico habilitado, com as seguintes atribuições:

a) implantar e manter disponível no imóvel um Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC, adotado para o sistema de climatização. Este Plano deve conter a identificação do estabelecimento que possui ambientes climatizados, a descrição das atividades a serem desenvolvidas, a periodicidade das mesmas, as recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência, para garantia de segurança do sistema de climatização e outros de interesse, conforme especificações contidas no Anexo I deste Regulamento Técnico e NBR 13971/97 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

b) garantir a aplicação do PMOC por intermédio da execução contínua direta ou indireta deste serviço.

c) manter disponível o registro da execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC.

d) divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle aos ocupantes.

Parágrafo Único - O PMOC deverá ser implantado no prazo máximo de 180 dias, a partir da vigência deste Regulamento Técnico.”

10. Desta forma, o serviço de manutenção de ar condicionado está enquadrado como serviço contínuo conforme art. 15 da IN 5/2017 SEGES/MP, pois a parada dos equipamentos de ar condicionado pode comprometer a continuidade das atividades das Gerências Executivas e Agências da Previdência Social constituintes de cada grupo licitado e a necessidade de contratação estende-se por mais de um exercício financeiro.
11. Com relação a condição do serviço, não é necessariamente o objeto do contrato que define a condição do serviço como contínuo “com” ou “sem” dedicação exclusiva de mão de obra. Tal enquadramento é condicionado pelo modelo de execução contratual.
12. No caso específico, optou-se pela condição do serviço sem dedicação exclusiva de mão de obra, visando maximizar a alocação de mão-de-obra e recursos materiais, evitando com que a empresa contratada tenha de arcar com mão-de-obra ociosa e permitindo, assim, o oferecimento de maiores descontos à Administração durante o certame licitatório.
13. Além disso, os serviços sem dedicação exclusiva da mão de obra demandam menores esforços na fiscalização e gestão dos contratos, o que vai ao encontro da ideia de centralização da manutenção em contratos unificados por polos.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- A Contratada deverá ser pessoa jurídica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA. Se de outro estado, a Contratada deverá possuir visto do CREA-SP.
- Possuir profissional habilitado em Engenharia Mecânica ou equivalente, visto que há necessidade de execução de atividades privativas de Engenheiro como supervisão, coordenação, orientação técnica, projeto e especificação, elaboração de laudos e pareceres técnicos.
- O Contrato estará sujeito a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.
- Atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório.
- Deverão ser atendidos a todos os requisitos temporais e operacionais previstos no Item "7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO" deste Termo de Referência;
- Deverão ser atendidos a todos os requisitos ambientais e de sustentabilidade descritos ao longo deste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas, devendo realizar agendamento prévio através do e-mail licitacao.sp.srsp@inss.gov.br.
2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
 1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
3. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. A execução dos serviços terá início a partir da data informada em termo contratual.
2. A manutenção dar-se-á na ocorrência de fatos normais que determinam a intervenção através de ações corretivas ou preventivas. Os fatos normais são aqueles decorrentes do uso não predatório dos equipamentos.
3. Exclui-se do acima exposto a ocorrência de fatos como: ações depredatórias deliberadas de terceiros, ocorrência de fenômenos meteorológicos anormais (vendaval, ciclones, enchentes, tremores de terra, incêndios, etc.).
4. As especificações definem técnicas e rotinas a serem seguidas pela CONTRATADA, em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, com o objetivo de permitir o perfeito funcionamento dos equipamentos, objetos do Edital, de forma a proporcionar atividades ininterruptas nas unidades de uso do INSS.
5. Caso os serviços de manutenção corretiva não possam ser executados nas dependências do CONTRATANTE, o procedimento de retirada dos equipamentos para reparos, mesmo que o conserto seja realizado em outro Estado da Federação, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, inclusive o ônus integral do transporte. A retirada do equipamento poderá ser efetuada após a assinatura do respectivo Termo de Responsabilidade, a ser emitido pelo CONTRATANTE.
6. Se constatado pela CONTRATADA o mau uso dos equipamentos por parte do usuário, de forma a contribuir para o surgimento de falhas, este fato deve ser registrado e comunicado ao CONTRATANTE no formulário próprio (Ordem de Serviço – OS), com descrição detalhada da ocorrência, sem que isto seja impeditivo para o atendimento.
7. Os serviços "sob demanda" de cada um dos grupos serão executados após solicitação do gestor do contrato, através da emissão de Ordem de Serviço (OS). Após receber a OS, a CONTRATADA deverá executar os serviços demandados dentro do mês corrente e entregar a documentação pertinente: os relatórios, fotos e vídeos da limpeza de dutos contendo o "antes" e o "depois" para os serviços referentes à limpeza de dutos, e os relatórios de start-up e fotográfico para os serviços referentes à recomposição de linhas frigorígenas e remanejamento de equipamentos.
8. No caso de dúvidas, recomenda-se consulta ao INSS, para os esclarecimentos pertinentes, antes da apresentação da proposta.

9. Diretrizes Técnicas

1. As práticas de manutenção descritas neste Termo de Referência devem ser aplicadas em conjunto com as recomendações de manutenção mecânica da NBR 13.971 - Sistemas de Refrigeração, Condicionamento de Ar e Ventilação - Manutenção Programada da ABNT, Procedimentos para Limpeza e Higienização de Dutos conforme com a NBR 14.679 da ABNT, Portaria GM nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde, assim como ao disposto no capítulo Práticas de Manutenção, Anexo 3, itens 2.6.3 e 2.6.4 da Portaria nº 2.296/1997, Práticas de Projeto, Construção e Manutenção dos Edifícios Públicos Federais, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE.
2. Todos os trabalhos serão executados por mão de obra especializada, com a utilização de ferramentas apropriadas, de acordo com as recomendações técnicas dos fabricantes, de modo a garantir a conservação e o perfeito funcionamento dos mesmos.
3. Implantação do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC. A empresa deverá implantar e manter disponível o PMOC adotado para os sistemas de climatização e o mesmo deverá:
4. Conter a identificação do estabelecimento que possui ambientes climatizados, a descrição das atividades a ser desenvolvidas, a periodicidade das mesmas, as recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência, para garantia de segurança do sistema de climatização e outras de interesse;
5. Garantir a aplicação do PMOC por intermédio da execução contínua direta ou indireta deste serviço;
6. Manter disponível o registro da execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC;
7. Divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle aos ocupantes; e
8. Estar coerente com a legislação de Segurança e Medicina do Trabalho, assim como os procedimentos de manutenção, operação e controle dos sistemas de climatização e limpeza dos ambientes climatizados.

10. Local e horário para prestação dos serviços

1. Os serviços serão prestados nas dependências do CONTRATANTE, nas localidades onde os equipamentos estejam ou em outras em caso de aditivo durante a vigência do Contrato. Os endereços completos para o atendimento, bem como os equipamentos a serem atendidos são os constantes nas planilhas contidas nos anexos A-I (Polo I), e A-IV (Polo IV) partes integrantes deste Termo de Referência.
2. Na manutenção objeto desta licitação, serão observadas rotinas programadas aprovadas pela Fiscalização e executadas no período das 08:00 às 18:00 horas em dias úteis.
3. Os serviços devem ser executados, sempre que possível, em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento do CONTRATANTE. A execução dos serviços de manutenção que dependam de desligamento da energia e causem prejuízos de continuidade ao funcionamento do órgão devem ser feitas em finais de semana ou feriados, de forma plena, sem encargos adicionais.
4. Deve ser respeitado o horário de funcionamento do local onde os equipamentos estiverem instalados. Na impossibilidade de o atendimento ser conclusivo, o mesmo deverá ser reiniciado na primeira hora útil do dia útil seguinte.

11. Manutenção preventiva

1. Conjunto de ações desenvolvidas sobre instalações, equipamentos ou sistemas com programação antecipada e efetuada dentro de uma periodicidade através de inspeções sistemáticas, detecções e de medidas necessárias para evitar falhas, com o objetivo de mantê-los em estado de uso ou de operação para o qual foram especificados.
2. Consistirá de verificações que produzirão diagnósticos para proceder-se à imediata correção das anomalias encontradas. Em procedimentos de manutenção visando a limpeza, conservação e o perfeito funcionamento dos equipamentos, assim como prevenir situações que possam gerar falhas ou defeitos.
3. Se constatado pela CONTRATADA que as instalações (elétrica, rede de drenos) apresentam deficiências importantes ou estão em desacordo com os requisitos mínimos exigidos pelos fabricantes dos equipamentos, a ponto de colocar em risco a integridade ou o funcionamento dos mesmos, o serviço deverá ser suspenso, registrado em formulário específico de OS e comunicado ao gestor do contrato imediatamente.
4. A manutenção preventiva deverá ser feita independentemente de chamado ou de ter havido manutenção corretiva no período, deverá seguir o cronograma do PMOC elaborado a partir dos procedimentos e das periodicidades mínimas estabelecidas no item 7.17 deste Termo de Referência.

12. Manutenção corretiva com cobertura de risco:

1. Conjunto de serviços e recursos mobilizados após ocorrência de defeitos ou falhas no funcionamento de instalações, equipamentos e sistemas, por falhas, ou vencimento da vida útil de componentes, que resultem na recuperação do estado de uso, de operação ou para que o valor do patrimônio seja garantido. Neste item incluem-se os serviços necessários de recomposição de acabamentos ou de componentes afetados, conforme o existente. Os custos envolvidos em tais serviços serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
2. Essa manutenção consistirá no atendimento às solicitações do INSS, quantas vezes forem necessárias, sem qualquer ônus adicional, sempre que houver interrupção do funcionamento normal ou quando for detectada a necessidade de recuperação, substituição de peças para a correção de defeitos detectados durante a manutenção preventiva ou que venham a prejudicar o funcionamento de quaisquer dos equipamentos.
3. A manutenção corretiva será prestada mediante abertura de chamado através de sistema GCWeb. Alternativamente e a critério do gestor do contrato pelo INSS, a abertura de chamados poderá ocorrer através de contato telefônico e/ou e-mail.
4. O prazo máximo de atendimento será de 24 (vinte e quatro) horas para chamados distantes de até 100 km das Gerências Executivas. Para as demais cidades, o prazo de atendimento será de 48 (quarenta e oito) horas.
5. O prazo para atendimentos de urgência é de 12 (doze) horas; enquanto o prazo para atendimentos de emergência é de 6 (seis) horas. Ambos independem da distância entre o local de atendimento dos chamados e a respectiva Gerência Executiva. Por situações de urgência entendem-se aquelas que possam paralisar ou interromper o funcionamento dos serviços da agência, enquanto as situações de emergência são aquelas que possam colocar vidas em risco ou danificar o patrimônio do Instituto.
6. No caso de parada de algum equipamento por qualquer motivo, o mesmo deverá ser colocado em funcionamento num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação à CONTRATADA. Em caso de impossibilidade será necessária a aprovação do gestor para um prazo maior mediante justificativa.
7. A aprovação da dilação do prazo de que trata o item anterior não cessará os efeitos decorrentes de sanções/multas, tampouco de eventuais ajustes em função da aplicação do IMR em virtude das diferenças entre a qualidade esperada dos serviços e a qualidade dos serviços prestados.
8. No atendimento ao chamado, o técnico deverá verificar todo o conjunto do equipamento, inclusive as instalações físicas e ambientais, evitando o retorno para possíveis correções, registrando no formulário próprio qualquer anormalidade encontrada.

13. Serviços sob demanda de remanejamento

1. Por "remanejamento" entende-se a atividade de desinstalação de equipamento, sua transferência e instalação para outro local a ser designado pelo INSS. Os serviços contemplam:
 - Fechamento da alvenaria de onde for retirado o equipamento, acabamento e pintura (para os equipamentos tipo ACJ);
 - Nova abertura e elaboração de quadro (moldura) em cantoneira de ferro para o suporte do equipamentos (para equipamentos do tipo ACJ);
 - Instalação de ponto de força com eletroduto galvanizado, condutores, cabos flexíveis e disjuntores a partir do quadro elétrico mais próximo. O ponto de força deverá ser compatível com a potência dos equipamentos e em conformidade com a NBR 5410;
 - Instalação de ponto de dreno em tubo de PVC com revestimento anticorrosivo, a ser interligado no ponto de água pluvial mais próximo. O diâmetro deverá atender às especificações do fabricante. Para os equipamentos do tipo mini-split, se necessário, deverá ser fornecido bomba de dreno;
 - Execução de abertura para passagem de tubulação em alvenaria e seu respectivo acabamento;
 - Instalação de linha frigorígena completa, com tubulação em cobre, conexões e suportes, revestimento isolante térmico, teste de estanqueidade com gás nitrogênio seco, limpeza da tubulação com fluido ecomate (formiato de metila - ONU 1243) e complementação de gás refrigerante (R-410A, R-22, R-407C, YH-222A, etc), execução de testes de funcionamento e relatório de start-up (para os equipamentos do tipo mini-split);
 - Instalação de cabeamento de comunicação entre evaporadora e condensadora em cabo PP blindado com malha de cobre. A quantidade de vias do cabo deverá atender aos requisitos do fabricante. O traçado do cabeamento de comunicação deverá acompanhar a linha frigorígena do equipamento (para equipamentos do tipo mini-split);
 - Fornecimento de suporte para condensadora e evaporadora com pintura eletrostática e coxins absorvedores de vibração (para equipamentos do tipo mini-split);
 - Para localidades pertencentes ao mesmo polo, a Contratada deverá ainda providenciar ainda o transporte dos equipamentos, após autorização a ser emitida pelo INSS.

14. Serviços sob demanda de limpeza de dutos

1. A limpeza de dutos será feita sob demanda, com estimativa de duas intervenções anuais separadas de 180 dias, podendo a periodicidade ser alterada a critério da Administração.
2. Os serviços de limpeza de dutos deverão ser executados, preferencialmente, de forma mecanizada, com o auxílio de robôs próprios para esta atividade.
3. Nos locais onde a limpeza mecanizada não for possível, devido às dimensões dos dutos, poderá ser efetuada a limpeza de forma manual, desde que aprovado previamente pela Fiscalização.
4. Os serviços de limpeza deverão vir acompanhados de relatório fotográfico e vídeos contendo o antes e o depois para comprovação das atividades executadas.
5. O mobiliário do local deverá ser protegido por lona plástica pela Contratada antes da execução dos serviços.
6. Qualquer produto utilizado para a limpeza dos dutos deverá ser biodegradável e atóxico.
7. Os dutos flexíveis, quando na impossibilidade de serem limpos, deverão ser substituídos por outros novos de mesmas características (isolamento térmico, diâmetro, resistência mecânica, comprimento, etc.). Os dutos flexíveis que apresentem danos ou estejam em mau estado de conservação deverão obrigatoriamente ser substituídos.

15. Solicitação de Serviços, Registros e Acompanhamento

1. O encaminhamento de solicitação para atendimento de chamados de manutenção corretiva respeitará a sequência abaixo:
 1. Servidor designado pela autoridade competente da CONTRATANTE se comunica com o preposto da CONTRATADA, descrevendo o tipo de ocorrência (defeito) e o seu grau de prioridade (normal, urgência, emergência) quanto ao tempo de atendimento. A solicitação deverá ser feita pelo sistema GCWeb do INSS.
 2. O preposto da CONTRATADA registra a solicitação e atribui uma Ordem de Serviço (OS - anexo B deste TR). As informações iniciais são a data e hora do chamado, a descrição do defeito, o nome e matrícula do solicitante, a prioridade de atendimento quanto ao prazo, local onde está instalado o equipamento defeituoso (agência, sala e endereço).

3. Para efeito de controle dos prazos de atendimento dos chamados, considerar-se-á aberto o chamado, e portanto válido, a partir do horário de acionamento da CONTRATADA pelo sistema GCWeb ou por outro meio a ser especificado pelo gestor do contrato. O horário de fechamento do chamado será o horário de término do serviço, lançado na Ordem de Serviço e atestado pelo representante local do CONTRATANTE.
4. Quando da execução do serviço, a CONTRATADA deverá utilizar o Relatório Técnico de Visita (RTV - Anexo C deste TR) para registro dos eventos. Esta deverá conter obrigatoriamente o relato dos procedimentos adotados para solução do problema, peças substituídas, materiais utilizados e demais informações técnicas sobre as atividades desenvolvidas. Este documento deverá ser assinado pelo técnico executor dos serviços e pelo engenheiro responsável técnico da CONTRATADA.
5. Todos os RTVs e OSs referentes àquele mês deverão compor o Relatório Mensal contendo todos os serviços executados durante o mês em questão. Este deverá ser elaborado pelo engenheiro da CONTRATADA e incluído no sistema SEI até o último dia útil do mês de competência para análise pelos Fiscais Técnicos.
6. De posse do Relatório Mensal, RTVs, OSs e as informações de chamados constantes do GCWeb, os Fiscais Técnicos calcularão o IMR e as eventuais glosas aplicáveis. De posse dessas informações, o Gestor do Contrato calculará o valor da NF e autorizará sua emissão para posterior pagamento.
7. Os serviços sob demanda deverão ser solicitados única e exclusivamente pelo Gestor do Contrato, desde que autorizados pelo Fiscal Técnico. Estes serviços também deverão ser solicitados através do GCWeb. Após a solicitação, o preposto da CONTRATADA deverá preencher a OS e partir de então deverá executar os serviços dentro do prazo de 48h para remanejamentos de aparelhos e recomposição de linhas frigorígenas. O prazo para a execução da limpeza e higienização de dutos será de 20 dias. Os relatórios e vídeos de limpeza dos dutos contendo o "antes" e o "depois", os laudos da análise laboratorial do qualidade do ar e os relatórios de start-up dos equipamentos deverão compor o RTV desses serviços sob demanda, o qual também deverá ser incluído no SEI até o último dia útil do mês de competência.
8. Mesmo em se tratando de manutenção preventiva, em que não há solicitação de serviço, deverá ser emitido o RTV.

16. Rotina dos serviços:

1. A relação de rotinas elencadas abaixo, mostra as atividades mínimas a serem executadas durante as intervenções de manutenção preventiva. A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização do Contrato o cronograma final para aprovação e a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente ao serviço, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data de assinatura do contrato.

PERIODICIDADE
M = Mensal
B = Bimestral
T = Trimestral
Q = Quadrimestral
S = Semestral
A = Anual

ATIVIDADE	
VR	Na verificação de um componente, além do aspecto geral, observar operação, limpeza, corrosão, desgaste, fixação e lubrificação (quando aplicáveis). Corrigir imediatamente caso qualquer dos parâmetros esteja fora do padrão.
AJ	O ajuste deve ser feito independentemente de necessidade aparente.
LB	A lubrificação consiste na retirada do lubrificante antigo e substituição por um novo, deve ser feita independentemente de necessidade aparente.
LM	A limpeza e deve ser feita independentemente de necessidade aparente.
LA	Fornecimento de laudo de avaliação
RE	Registro em relatório

Descrição	Atividade	Período
Superfície interna, externa, e acessórios	LM	M
Filtro de ar	VR + LM	M
Sistema de drenagem e bandeja	VR	M
Instalação elétrica, cabos, contatos e terminais	VR	T
Ruídos e vibrações anormais	VR	M
Vazamento de ar, refrigerante e óleo	VR	M
Botoeiras, interruptores e sinais do display	VR	M
Dispositivos de controle e proteção	VR	M
Isolamento térmico da máquina	VR	S
Eliminar danos e corrosão na estrutura da máquina	VR	S
Motores, polias, hélices e turbinas	VR + LM	T
Resistência do isolamento dos motores e compressores	VR	S
Reapertar conexões elétricas e mecânicas	AJ	S
Retocar pintura	AJ	S
Fixação de difusores e grelhas	AJ	S
Rolamentos e mancais	LB	S
Serpentinas e aletas do evaporador e condensador	VR + LM	T
Grades de ventilação e exaustão	VR	T
Regulagem do termostato de operação	VR	T
Fecho das tampas e parafusos de fixação	VR	T
Tensão e corrente elétrica de serviço dos compressores	VR + RE	M
Tensão e corrente elétrica de serviço dos motores dos ventiladores	VR + RE	M
Tensão e corrente elétrica de serviço das bombas d'água	VR+RE	M
Temperatura ambiente	VR + RE	M
Temperatura de insuflamento	VR + RE	M

Temperatura de retorno	VR + RE	M
Temperatura do ar externo	VR + RE	M
Tensão de alimentação	VR + RE	T
Vibração do capilar	VR	T
Isolamento térmico da rede frigorígena	VR	T
Dispositivos de controle, proteção e segurança	AJ	S
Pressão de equilíbrio e operação do fluido refrigerante	VR + RE	Q
Placa de circuito inverter (PWM)	VR	M
Placa de comunicação	VR	M
Reservatórios de condensado	VR + LM	T
Reservatórios de água e tanques de expansão	VR + LM	S
Bombas de dreno	VR	M
Bombas de água gelada	VR	M
Tubulação de água gelada	VR	T
Tubulação de fluido refrigerante	VR	B
Válvulas e dispositivos de balanceamento e controle	VR + AJ	T
Sensores e termistores	VR	M
Cabeamento de comunicação	VR + AJ	S
Dampers e difusores	AJ	A
Tomadas de ar exterior	LM	Q

2. A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de atendimento com o objetivo informar quais os serviços que estão sendo realizados e onde estão atuando as equipes. Caso haja necessidade de alteração do planejamento o fiscal deve ser informado.
3. Todas as verificações independentes de sua frequência serão iniciadas, no máximo, até o 10º (décimo) dia útil após assinatura do contrato, contando-se a partir daí o prazo da periodicidade das inspeções.
4. Todos os laudos devem ser elaborados com base na ABNT NBR 10.719 em sua última revisão.

18. Medidas a serem adotadas para o início do contrato:

1. No prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos após o início da vigência do contrato, a empresa Contratada deverá realizar vistoria detalhada em cada uma das unidades constantes do contrato e elaborar relatório contendo o levantamento de todos os equipamentos, seu estado operacional e suas características principais (tipo, capacidade, marca e modelo) para que sejam corrigidas eventuais divergências nos quantitativos contratados. Findo esse prazo, caso não haja manifestação da Contratada, esta não poderá realizar qualquer reclamação quanto a esse assunto e será de sua responsabilidade colocar e manter nas condições nominais de operação todo e qualquer equipamento de climatização existente nas localidades contidas no Contrato.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

1. O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações pactuadas.
2. Os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, serão coordenados pelo gestor de contrato, especialmente designado na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, do art. 11º do Decreto nº 9.507/2018 e do art. 40 da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017, o qual deverá ser auxiliado pelo fiscal técnico do contrato, fiscal administrativo do contrato, fiscal setorial e público usuário, exercendo, os mesmos, as seguintes funções:

- **Gestor do contrato:** servidor designado para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros (art. 40, Inc. I da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017);
 - **Fiscal Técnico do contrato:** servidor designado para o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização de que trata o inciso V deste artigo (art. 40, Inc. II da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017);
 - **Fiscal Administrativo do contrato:** servidor designado para o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento (art. 40, Inc. III da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017);
 - **Fiscal Setorial:** servidor designado para o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade (art. 40, Inc. IV da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017). Para a presente contratação, recomenda-se que cada gerente de agência onde serão executados os serviços seja portariado como Fiscal Setorial, visto a possibilidade de acompanhamento dos serviços com maior proximidade; e
 - **Fiscalização pelo Público Usuário:** é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto (art. 40, Inc. V da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017). Periodicamente, será solicitado ao público usuário que responda ao formulário de avaliação, no modelo do Anexo A da NBR 16.401-3. As avaliações serão compiladas e seu resultado analisado pelo Fiscal Técnico e pelo Gestor do Contrato para que as devidas providências para a melhoria da percepção do público usuário sejam cobradas dos responsáveis.
3. Para fins de avaliação e aceite dos serviços a serem prestados pela vencedora do certame licitatório, caberá ao gestor contratual, por meio de recursos diversos (tais como: e-mails, visitas ao local, análise de relatórios, consultas aos fiscais setoriais, solicitação de vistorias pelos fiscais técnico, etc.), à sua escolha, obter informações concisas acerca da qualidade da prestação dos serviços contratualmente acordados.
 4. Para fins do disposto nesta Cláusula serão designados, como fiscais setoriais, servidores lotados em cada uma das unidades vinculadas às respectivas Gerências Executivas do INSS onde o serviço for prestado, aos quais caberá elaborar relatório mensal, dirigido ao fiscal técnico do contrato, acerca da conformidade da prestação dos serviços na localidade da lotação.
 5. O fiscal do contrato pode sustar qualquer trabalho/entrega que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.
 6. O acompanhamento e a fiscalização do contrato serão processados nos termos dos art. 40 da Instrução Normativa IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017. O pagamento pode ser suspenso se não houver apresentação dos documentos listados no art. 34 § 5º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008.
 7. A fiscalização poderá requerer à CONTRATADA documentação relativa a comprovação do adimplemento das obrigações trabalhistas, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos de FGTS, para com seus empregados.
 8. A verificação da documentação mencionada no subitem acima, ficará, em regra, sob encargo do Fiscal Administrativo ou Gestor do Contrato.
 9. Além da documentação mencionada, será exigida da contratada a apresentação da documentação de comprovação de atendimento às Normas de Segurança do Trabalho, inclusive o PPRA, PCMAT e PCMSO quando aplicáveis.
 10. As fichas de entrega e manutenção de EPI's deverão estar organizadas e atualizadas, de acordo com a atividade de cada um dos profissionais, observadas as instruções normativas pertinentes.
 11. As atividades identificadas, de acordo com a legislação vigente, como perigosas ou insalubres, deverão observar metodologias para minimização dos riscos, disponibilização de EPI's e EPC's adequados, além de garantir o pagamento dos adicionais eventualmente devidos em face da exposição;.
 12. Os profissionais deverão receber cursos de reciclagem dos aspectos de segurança, conforme previsto na legislação e consignado no PPRA.
 13. Toda comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA deverá ocorrer por meio de correspondência escrita, inclusive e-mail e/ou outros meios eletrônicos de comunicação. As solicitações de serviços não formalizadas não serão computadas e nem reconhecidas como tal.
 14. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei 8.666/93.
 15. A CONTRATANTE se reserva o direito de efetuar a inspeção de qualidade, em qualquer tempo, nos serviços realizados pela CONTRATADA. Essa inspeção poderá ser realizada pelo próprio CONTRATANTE, ou ao seu critério, por empresa especializada designada.
 16. Critérios para medição
 1. As medições de serviços referem-se aos serviços de manutenção preventiva, manutenção corretiva e serviços sob demanda, independentemente de ter ocorrido ou não substituição de peças.
 2. Os fiscais técnicos avaliarão a conformidade da execução dos serviços através de vistorias nas localidades, a execução de todas as rotinas de manutenção preventiva, o atendimento das O.S., bem como a solução dos problemas delas constantes e o atendimento aos prazos determinados para cada tipo de solicitação, o conteúdo e as informações constantes dos relatórios mensais de manutenção.
 3. O valor mensal a ser pago estará sujeito à aplicação do IMR, a ser calculado pelo gestor do contrato após a consolidação dos diversos índices que o compõem e que serão informados pelos fiscais setoriais e auxiliados pelos fiscais técnicos.
 4. A NF referente aos serviços de cada mês de competência somente deverão ser emitidas após a liberação por parte do gestor do contrato.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, nas quantidades e qualidades necessárias à plena consecução do objeto.
2. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todas e quaisquer peças ou componentes, cuja substituição se faça necessária para o atendimento às especificações e ao perfeito funcionamento dos equipamentos, assim como a instalação das mesmas. Todos os componentes que não serão mais utilizados devem ser retirados, mesmo que não atrapalhem o funcionamento do equipamento.
3. As peças e componentes em substituição, instaladas pela CONTRATADA, serão incorporadas aos equipamentos, passando a ser de propriedade do CONTRATANTE.
4. Quaisquer peças e materiais utilizados deverão ser novos, de primeira qualidade, genuínas, com selo de qualidade, se houver, com garantia, em conformidade com as recomendações do fabricante e de acordo com as normas técnicas e legislações brasileiras vigentes, incluindo as certificações dos órgãos de controle.
5. As peças deverão ter especificações idênticas às substituídas nos equipamentos, ou similares. Quando não houver disponibilidade no mercado de peças e componentes com idênticas especificações, a substituição de peças e componentes poderá se dar por outros com especificações superiores e, neste caso, deverão ser registradas as razões na Ordem de Serviço, não se caracterizando assim como um "up-grade" do equipamento.
6. Toda intervenção corretiva com substituição de quaisquer peças deverá ser comunicada à fiscalização para avaliação e autorização da retirada da(s) mesma(s). Deverão ser apresentadas a peça nova e a antiga para comparação.
7. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos materiais de consumo necessários à execução dos serviços, tais como: materiais de limpeza, lubrificação, estopas, soldas, produtos para pintura, espumas para vedação, gases nitrogênio seco, oxigênio e acetileno, fluidos refrigerantes diversos (R-22, R-410A, R-407C, YH-222A), etc.
8. Todos os produtos utilizados na limpeza dos componentes dos sistemas de ar condicionado devem ser biodegradáveis e devem estar devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim.
9. **Relação de máquinas, equipamentos e utensílios a serem utilizados.**
 1. A CONTRATADA deverá disponibilizar de imediato todos os materiais, ferramentas e instrumentos (teste, aferição, medição e etc.) necessários à realização da manutenção preventiva ou corretiva.

2. Identificar todos os materiais equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração. Observar conduta adequada na utilização dos mesmos, objetivando a correta execução dos serviços. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a guarda dos materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços. Nenhum material pode ser depositado em áreas em uso pelo INSS a não ser de forma transitória e com autorização dos responsáveis pela área.
3. Fornecer máquinas, equipamentos, materiais, peças e mão de obra, transporte interno ou externo e tudo mais que for necessário para a execução e a conclusão dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários. Os procedimentos legais necessários fazem parte do serviço e os custos correspondentes dessas operações (emissão de notas fiscais, seguros, etc.) deverão estar embutidos nos respectivos custos unitários.
4. A CONTRATADA deverá fornecer para seus funcionários todas as ferramentas para execução dos serviços, contemplando, no mínimo, as ferramentas e instrumentos a seguir, os quais deverão ser substituídos sempre que danificados ou apresentarem desgaste acentuado:

- Conjunto manifold – são utilizados para as medições de pressões e temperaturas de operação de equipamentos de ar condicionados, para fins de transferência de fluido frigorífico e para evacuação do sistema;
- Mangueiras e acessórios para transferência de fluido frigorífico com engates rápidos;
- Manifold digital, sondas tipo alicate e sonda de vácuo externa - conjunto de instrumentos utilizados para a verificação da pressão e temperatura de trabalho de fluidos refrigerantes diversos, bem como para a execução de testes de superaquecimento/subresfriamento de circuitos frigorígenos;
- Ferramentas para manuseio com tubulações – cortador de tubos, cortador de tubos capilares, escariador, escova de aço, conexões por prensagem, conjunto flangeador e alargador; curvador de tubos; alargador de tubos;
- Recolhedora – aparelho capaz de remover o fluido frigorífico de um sistema para um cilindro apropriado;
- Bomba de vácuo – aparelho destinado a produção de pressão abaixo da pressão atmosférica (vácuo);
- Vacuômetro – instrumento capaz de medir pressões abaixo da pressão atmosférica;
- Balança digital – Instrumento utilizado para se medir a quantidade de fluido frigorífico introduzido ou retirado do sistema de refrigeração;
- Termômetro de contato – Instrumento utilizado para medir temperatura, sendo que seu sensor deve estar em contato com o objeto ou substância no qual se deseja obter a temperatura;
- Termômetro infravermelho – Instrumento utilizado para medir temperatura sem o contato com o objeto;
- Alicates amperímetro – instrumento capaz de medir grandezas elétricas, tais como tensão, resistência e corrente elétrica;
- Multímetro – instrumento capaz de medir grandezas elétricas, tais como tensão, resistência e corrente elétrica;
- Teste inverter - instrumento capaz de verificar o funcionamento de placas de controle dotadas de sistema inverter;
- Alicates (universal, de corte diagonal, meia cana, bico reto, bico curvo, para anéis internos, para anéis externos, bico redondo, de pressão, descascador, etc.), e chaves isoladas;
- Conjuntos de chaves de fenda, chaves Philips, chaves combinadas, chaves estrias, chaves allen, chaves sextavadas contemplando diversas medidas;
- Jogo de chaves inglesas;
- Anemômetro - instrumento capaz de medir a velocidade de saída do ar nos difusores;
- Balômetro - instrumento capaz de medir a vazão de ar em cada difusor;
- Detector eletrônico de vazamento de fluidos refrigerantes - instrumento capaz de verificar no ar a presença de fluidos refrigerantes, tais como R-22, R-410A, R-407C, YH-222A, entre outros;
- Detector de materiais - instrumento capaz de encontrar a localização de tubulação e cabeamento embutida na alvenaria;
- Maçarico e varetas para solda Foscooper;
- Wattímetro trifásico - instrumento capaz de medir a potência elétrica em redes trifásicas;
- Osciloscópio - instrumento capaz de verificar a intensidade, frequência e a forma da onda de um sinal transmitido por um circuito eletrônico;
- Decibelímetro - instrumento utilizado para medir a intensidade da pressão sonora dos equipamentos.

5. As ferramentas acima poderão ser solicitadas pelos fiscais técnicos e setoriais do Contrato sempre que julgarem necessários para atestar o funcionamento de equipamentos e analisar a qualidade dos serviços prestados.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

1. Os preços apresentados pela CONTRATADA deverão cobrir todos os custos dos serviços, abrangendo o fornecimento de mão de obra especializada, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas, instrumentos de medição, peças de reposição, transporte entre unidades, recomposições e acabamentos, limpeza do ambiente, insumos consumíveis (filtros de ar, isolamento térmico da tubulação, fluidos refrigerantes, óleos lubrificantes, desincrustantes, eletrodos para solda, gás nitrogênio seco, fluido de limpeza, e tudo o mais que for preciso para garantir a qualidade e funcionalidade dos serviços solicitados.
2. **Dos equipamentos:**
 1. A relação de equipamentos por localidade encontra-se nas tabelas contidas nos anexos A-I (Polo I) e A-IV (Polo IV) deste Termo de Referência.
3. **Locais de execução dos serviços:**
 1. A relação dos locais de prestação dos serviços, quantitativo de dutos e número de amostras a serem coletadas encontram-se nas tabelas contidas nos anexos A-I (Polo I), A-IV (Polo IV) deste Termo de Referência.
4. Caberá a CONTRATADA, o dimensionamento adequado de sua equipe profissional, devendo esta ser composta por, no mínimo, os seguintes profissionais:
 1. Engenheiro Mecânico;
 2. Mecânico de Refrigeração e
 3. Auxiliar de Mecânico de Refrigeração.
 - O **Engenheiro Mecânico (CBO 2144-05)** deverá possuir curso superior em engenharia mecânica e experiência mínima de 03 (três) anos em serviços de manutenção de sistemas de ar condicionado. Caberá a este profissional a responsabilidade técnica dos serviços, supervisionando sua execução e garantindo que as normas estão sendo cumpridas; estabelecer indicadores de qualidade da manutenção visando a melhoria contínua; elaborar documentação técnica, incluindo os relatórios mensais de manutenção e o PMOC; administrar recursos humanos e financeiros e propor ações de melhoria visando o aumento da eficiência do parque de equipamentos abrangido pelo Contrato.
 - O **Mecânico de Refrigeração (CBO 9112-05)** deverá possuir curso técnico de mecânico refrigeração e experiência mínima de 02 (anos) anos em serviços de manutenção de sistemas de ar condicionado. Caberá a este profissional prestar assistência técnica, instalar, realizar manutenção em aparelhos de climatização e refrigeração, de acordo com normas de segurança e qualidade. Orçar serviços e elaborar documentação técnica.
 - O **Auxiliar de Mecânico de Refrigeração (CBO 9112-05)** tem como função auxiliar o Mecânico de Refrigeração e deverá trabalhar sempre sob sua supervisão.
 - A CONTRATADA deverá disponibilizar tantos profissionais habilitados quantos forem necessários à execução dos serviços na forma, qualidade e prazos estipulados por este Termo de Referência.
5. A Lei nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018, “dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes” define que “todos os edifícios de uso público e coletivo que possuem ambientes de ar interior climatizado artificialmente devem dispor de um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC dos respectivos sistemas de climatização, visando à eliminação ou minimização de riscos potenciais à saúde dos ocupantes”.
 1. O PMOC é definido na Portaria do Ministério da Saúde Nº 3.523, de 28 de agosto de 1998. Em seu art. 6º define que:

“Art. 6º Os proprietários, locatários e prepostos, responsáveis por sistemas de climatização com capacidade acima de 5 TR (15.000 kcal/h = 60.000 BTU/H), deverão manter um responsável técnico habilitado, com as seguintes atribuições:

- a) implantar e manter disponível no imóvel um Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC, adotado para o sistema de climatização. Este Plano deve conter a identificação do estabelecimento que possui ambientes climatizados, a descrição das atividades a serem desenvolvidas, a periodicidade das mesmas, as recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência, para garantia de segurança do sistema de climatização e outros de interesse, conforme especificações contidas no Anexo I deste Regulamento Técnico e NBR 13971/97 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
- b) garantir a aplicação do PMOC por intermédio da execução contínua direta ou indireta deste serviço.
- c) manter disponível o registro da execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC.
- d) divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle aos ocupantes.

Parágrafo Único - O PMOC deverá ser implantado no prazo máximo de 180 dias, a partir da vigência deste Regulamento Técnico.”

2. Será de responsabilidade do Engenheiro Mecânico da CONTRATADA a elaboração do PMOC bem como as revisões necessárias, de acordo com as recomendações dos fabricantes e características dos equipamentos contidos no Contrato.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida

pela Lei nº 13.146, de 2015.

18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
 1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

1. Será admitida a subcontratação apenas para os serviços sob demanda de limpeza e higienização de dutos, **limitando-se o valor a 20% (vinte por cento)** do valor contratual de cada polo.
2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no item 16. IMR deste Termo de Referência, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

10. Se a Fiscalização, durante vistorias ou através dos relatórios mensais fornecidos pela CONTRATADA, constatar equipamentos inoperantes nas localidades abrangidas pelo Contrato devido à inatividade da CONTRATADA para colocá-los em operação, será realizada a glosa no pagamento mensal proporcional à capacidade dos equipamentos.
11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na

ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. IMR

- O Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme definido Instrução Normativa SEGES-MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017, é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento. Seu principal objetivo é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitam e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.
- O IMR mede a qualidade com que o serviço é executado e permite equalizar o pagamento devido em função do recebimento do serviço com qualidade inferior à contratada, logo, não se trata de sanção, mas de instrumento objetivo para mensuração e liquidação do valor a ser pago pela prestação do serviço.
- A sua utilização é apropriada para serviços em que a qualidade é elemento essencial do objeto, sem o qual o serviço, mesmo que prestado na sua totalidade, não se mostra adequado. Assim, a regra é que quaisquer serviços devem ser prestados na quantidade, tempo e modo previstos no edital, entretanto, há algumas espécies de objeto em que além desses requisitos, a qualidade deve ser aferida para que seja considerada a execução na sua plenitude, não bastando que simplesmente o serviço seja concluído pelo contratado.
- O acompanhamento e medição dos serviços têm como meta garantir a qualidade do serviço prestado, reduzir possibilidade de interrupções de funcionamento dos serviços devido à quebra de equipamentos de ar condicionado (como os localizados na sala do rack, por exemplo, que podem provocar queima de modem ou redução da velocidade da rede), reduzir a sensação de desconforto térmico e baixa do nível de qualidade do ar nos ambientes climatizados por falha ou quebra de equipamentos, reduzir os custos operacionais com conserto de aparelhos e equipamentos de ar condicionado das agências climatizadas bem como estabelecer parâmetros para adequação da fatura e suas penalidades.
- Quando não forem cumpridos pela CONTRATADA os limites mínimos de desempenho estabelecidos, serão aplicados os dispositivos previstos no IMR, conforme orientação da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017, bem como as demais sanções estabelecidas no Instrumento Contratual, quando for o caso.
- A cada mês de vigência do contrato será efetuada a avaliação dos limites em vigor para os indicadores. Se identificada a necessidade de alteração dos limites mínimos de desempenho, estes poderão ser modificados a critério do INSS.
- As partes declaram estar cientes das condições propostas no IMR e estabelecem, desde já, que os ajustes de valores e as penalidades aplicadas à CONTRATADA por descumprimento dos parâmetros de qualidade indicados neste Instrumento, serão descontadas no ato do pagamento da fatura do mês correspondente ao da avaliação, podendo, ainda, serem descontadas da garantia oferecida ou cobrados judicialmente.
- Caso a CONTRATADA receba descontos iguais ou superiores a 20,00% (vinte por cento) do valor mensal previsto durante um período de 3 (três) meses consecutivos ou 4 (quatro) meses intercalados, o INSS poderá aplicar as demais penalidades previstas no Contrato, inclusive a de rescisão contratual e impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, mediante o envio de notificação por escrito à CONTRATADA, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.
- Como forma de compensação pelo desempenho da CONTRATADA, o INSS emitirá declaração de prestação de serviços com níveis de excelência, quando a CONTRATADA prestar os serviços com índices de alta qualidade na execução do objeto do Edital, do Termo de Referência e do Contrato.
- Caso a CONTRATADA identifique a impossibilidade de execução das rotinas, e/ou dos chamados de manutenção corretiva por impedimentos ocasionados pelo CONTRATANTE, deve o Gestor do contrato ser imediatamente informado, para adotar as providências com vistas à normalização da execução dos serviços, não cabendo a incidência de ajustes ou sanções.
- A aplicação dos ajustes do pagamento nos termos previstos no Índice de Medição de Resultados não exclui a aplicação de multas e sanções previstas neste documento.
- Os ajustes decorrentes do IMR serão aplicados sempre que a CONTRATADA der causa, mesmo que parcialmente, às ocorrências verificadas.
- Os indicadores que irão compor o IMR, bem como são calculados são expressados abaixo:

INDICADOR DE DISPONIBILIDADE - ID	
Descrição	Avaliação da disponibilidade dos aparelhos de ar condicionado, verificando se o equipamento esteve operacional durante o período de apuração.
Finalidade e Metas	Garantir o maior tempo possível de operação para os aparelhos de ar condicionado, evitando causar transtorno aos usuários devido a equipamentos inoperantes
Medição/Acompanhamento	Verificação da disponibilidade dos equipamentos através de vistorias rotineiras visando constatar se os mesmos se encontram operantes. A Equipe de Fiscalização poderá ainda valer-se dos dados contidos nos relatórios mensais e das informações provenientes dos fiscais setoriais para inferir acerca da disponibilidade dos equipamentos.
Cálculo	$ID = \text{número de equipamentos inoperantes} / n$; onde $n = \text{número de equipamentos de compõem o contrato}$.
Métrica	$ID \leq 0,01$ - 100% da fatura contratual; $0,01 < ID \leq 0,02$ - 95% da fatura contratual; $0,02 < ID \leq 0,03$ - 90% da fatura contratual; $0,03 < ID \leq 0,04$ - 85% da fatura contratual; $ID > 0,04$ - 80% da fatura contratual.

Indicador de Atendimento - IA	
Descrição	Avaliação do tempo de espera do início do atendimento, estabelecendo a relação entre o tempo máximo estabelecido para aquele tipo de

	atendimento e o tempo decorrido para o início do atendimento de cada chamado realizado.
Finalidade e Metas	Garantir que o tempo para o início do atendimento dos chamados para manutenção corretiva e/ou de emergência atenda ao estipulado.
Medição/Acompanhamento	Registro do tempo para o início do atendimento. Este registro se inicia a partir da comunicação formal à empresa através de e-mail e ou pelo sistema GCWeb, da ocorrência de falha que fez com que o aparelho de ar condicionado parasse de funcionar ou ocorrência de situação de emergência e se encerra no momento em que o preposto da empresa contratada chega ao local de atendimento.
Cálculo	<p>$IA_n = \text{tempo máximo estipulado para o início atendimento da ocorrência } n / \text{tempo decorrido para início do atendimento.}$</p> <p>O tempo máximo para o início do atendimento de chamados de manutenção corretiva é de 24 horas para cidades distantes até 100 km de cada Gerência Executiva mais próxima, e de 48 horas para os demais casos.</p> <p>O tempo máximo para atendimento de chamados de urgência é de 12 horas, independentemente da cidade.</p> <p>O tempo máximo para atendimento de chamados de emergência é de 6 horas, independentemente da cidade.</p> <p>São considerados chamados de urgência os decorrentes de falhas nos aparelhos de ar condicionado localizados em salas de rack.</p> <p>Os chamados de emergência são aqueles em possa haver risco a usuários e/ou redução da vida útil dos aparelhos.</p> <p>$IA'_n = 1, \text{ se } IA_n \geq 1$ $IA'_n = IA_n, \text{ se } IA_n < 1$</p> <p>$IA = \sum IA'_n / n,$ onde $n = \text{número total de chamados para atendimento.}$</p>
Métrica	<p>$IA \geq 0,95$ - 100% da fatura contratual;</p> <p>$0,90 \leq IA < 0,95$ - 95% da fatura contratual;</p> <p>$0,85 \leq IA < 0,90$ - 90% da fatura contratual;</p> <p>$0,80 \leq IA < 0,85$ - 85% da fatura contratual;</p> <p>$IA < 0,80$ - 80% da fatura contratual.</p>

INDICADOR DE CUMPRIMENTO DAS ROTINAS PREVENTIVAS - IR	
Descrição	Avaliação da execução das rotinas de manutenção preventivas mínimas contidas neste Termo de Referência.
Finalidade e Metas	Prolongar a vida útil dos equipamentos e minimizar as intervenções para manutenção corretiva através da correta execução das rotinas de manutenção preventiva.
Medição/Acompanhamento	<p>A aferição será feita pelos fiscais setoriais ou pelos fiscais técnicos do contrato através de vistorias ou de análise dos relatórios mensais.</p> <p>Durante as vistorias será verificado se as rotinas preventivas foram executadas através das condições operacionais dos equipamentos, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de vibrações anormais nos equipamentos; • Temperatura de insuflamento; • Ausência de focos de corrosão; • Ausência de peças por substituir; • Estado visual dos revestimentos isolantes; • Limpeza do filtros e serpentinas; • Desobstrução dos drenos; • Pressão de trabalho das linhas frigorígenas; • Desgaste e ajuste das correias;

	<ul style="list-style-type: none"> • Ajuste de válvulas; • Funcionamento dos dispositivos de seguranças, entre outros.
Cálculo	$IR = n \text{ de rotinas descumpridas} / n;$ <i>onde n = número total de rotinas de manutenção preventivas previstas neste Termo de Referência</i>
Métrica	$IR \geq 0,95$ - 100% da fatura contratual; $0,90 \leq IR < 0,95$ - 95% da fatura contratual; $0,85 \leq IR < 0,90$ - 90% da fatura contratual; $0,80 \leq IR < 0,85$ - 85% da fatura contratual; $IR < 0,80$ - 80% da fatura contratual.

INDICADOR DE PRAZO DE DEMANDA - IP	
Descrição	Avaliação do prazo de atendimento dos serviços dos serviços sob demanda.
Finalidade e Metas	Garantir que a contratada execute os serviços demandados dentro do prazo necessário pela Administração.
Medição/Acompanhamento	Registro do tempo para conclusão da demanda. Este registro se inicia a partir da comunicação formal à empresa através de e-mail e ou pelo sistema GCWeb, da demanda a ser executada e se encerra no momento em que o Gestor recebe o RTV contendo apresentando a documentação do serviço.
Cálculo	$IP_0 = T/t,$ onde: t = tempo aferido para a conclusão dos serviços demandados , T = 48h para remanejamento de equipamentos ACJ e mini-split e recomposição de linhas frigorígenas; T = 20 dias para limpeza de dutos e análise da qualidade do ar. $IP = 1;$ se $IP_0 \geq 1;$ $IP = IP_0;$ se $IP_0 < 1.$
Métrica	$IP \geq 0,95$ - 100% da fatura contratual; $0,90 \leq IP < 0,95$ - 95% da fatura contratual; $0,85 \leq IP < 0,90$ - 90% da fatura contratual; $0,80 \leq IP < 0,85$ - 85% da fatura contratual; $IP < 0,80$ - 80% da fatura contratual.

14. O IMR para os serviços contínuos mensais será obtido através da métrica dos indicadores ID, IA e IR, através da seguinte fórmula:

$$IMR_m = (\text{métrica ID}) \times (\text{métrica IA}) \times (\text{métrica IR})$$

15. Para os serviços sob demanda, deverá ser calculado o IMR de cada demanda, através da fórmula:

$$IMR_d = \text{métrica do IP}$$

15. O valor mensal a ser pago pelos serviços prestados pela CONTRATADA é obtido pelo somatório do valor mensal reajustado pelo IMR com o valor de cada uma das demandas reajustado pelo seu respectivo IMR. Assim:

$$V = V_m \times IMR_m + \sum V_d \times IMR_d, \text{ onde } V \text{ é o valor mensal reajustado, e } V_m \text{ é o valor dos serviços contínuos mensais previsto em contrato, } V_d \text{ é o valor de cada demanda prevista em contrato.}$$

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou setorial após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
 1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
 1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
 2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
 2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
 1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
 2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
 1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
 1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
 1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência
3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
 1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 1. o prazo de validade;
 2. a data da emissão;
 3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 4. o período de prestação dos serviços;
 5. o valor a pagar; e
 6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 1. não produziu os resultados acordados;
 2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
 1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6/100)/354	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------	--

19. REAJUSTE

1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
 1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC-M (Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, aplicando-se a seguinte fórmula:

$R = V \cdot (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor constante da proposta;

I = Número índice relativo ao mês do reajustamento;

I^o = Número índice relativo ao mês da proposta.

2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
 1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
 2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
12. Será considerada extinta a garantia:
 1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
 1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
 4. comportar-se de modo inidôneo; ou
 5. cometer fraude fiscal.
2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
 1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 2. **Multa de:**
 1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
 3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
 1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 21.1 deste Termo de Referência.
 5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
3. As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.3, 21.2.4 e 21.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2 - Infração

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou	01

	não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
 1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
 1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- Habilitação Jurídica - documentos exigidos no art. 28 da Lei 8.666/93.
- Regularidade Fiscal - documentos exigidos no art. 29 da Lei 8.666/93.
- Capacitação Econômico-Financeira - documentos exigidos no art. 31 da Lei 8.666/93.
- Capacitação Técnica - a comprovação da capacidade técnica se dará através da apresentação dos seguintes documentos:

I - Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA do estado onde se localiza a sede da licitante. Quando da assinatura do contratado, caso a sede da empresa vencedora da licitação não seja localizada no estado de São Paulo, deverá apresentar visto do CREA-SP;

II - Comprovação de que a empresa licitante já realizou com êxito serviços continuados de manutenção de sistema de climatização com duração mínima de 12 (doze) meses, devendo a soma da capacidade dos aparelhos constituintes do sistema ser igual ou superior a 1000 TR para o Polo I e igual ou superior a 600 TR para o Polo IV.

- A comprovação de execução com êxito dos serviços continuados descritos no item acima se dará através de apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, ou através da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- Os atestados ou CAT deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, doze meses do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;
- Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n.5/2017;
- O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

III - Comprovação de profissional com habilitação superior em Engenharia Mecânica no quadro de responsáveis técnicos da empresa, com experiência igual ou superior a 06 (seis) meses como responsável técnico em manutenção de sistemas de climatização e ar condicionado. Este profissional deverá ainda comprovar ter experiência na manutenção de todos os tipos de equipamentos constantes do Anexo A-I para o Polo I e A-IV para o Polo IV.

1. Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro dos responsáveis técnicos da licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame (Acórdãos nº 2.471/2007, nº 1.265/2009, nº 1.282/2010, nº 1.028/2011 e nº 2.353/2011, todos do Plenário).

IV - Declaração formal da empresa licitante de que possui todos os materiais, ferramentas, instrumentos de medição e pessoal técnico habilitado necessários para a execução dos serviços de manutenção dos equipamentos instalados nas localidades dos anexos A-I (Polo I) e/ou A-IV (Polo IV), conforme Anexo D.

4. O Contrato estará sujeito a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme Decisão Normativa Nº 42 CONFEA, de 08 de julho de 1992, em até 30 (trinta) dias após a data de assinatura do contrato.
5. Apresentar à CONTRATANTE o Cronograma de Atividades (referente à manutenção preventiva) até 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato.
6. Para fins de verificação da capacidade técnico-operacional, no caso de a licitante vencer os dois polos, ela terá de comprovar que sua capacidade técnico-operacional atende aos quantitativos dos dois Polos de forma concomitante.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS REFERENCIAIS

1. Os valores máximos aceitáveis para a contratação são aqueles expressos nos quadros-resumo constantes do Item 1. "DO OBJETO" deste Termo de Referência.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1. A contratação correrá por conta da dotação orçamentária para a manutenção dos imóveis funcionais do INSS prevista para o ano de 2022.
2. Sempre que a vigência do Contrato ultrapassar a vigência dos respectivos créditos orçamentários, será providenciada dotação orçamentária própria para cobertura do período subsequente.

25. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:
 1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
 2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
 3. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
 4. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1.998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2.000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.
 5. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e triclouroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:
 6. É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402.
 7. Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução.
 8. A SDO recolhida deve ser reciclada “in loco”, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.
 - Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.
2. Atender em conjunto o que determina os artigos 11º e 12º da Instrução Normativa Nº 14, de 20 de dezembro de 2012 do IBAMA/MMA e, em caso divergente, atender a mais rigorosa.

26. ANEXOS

1. Integram este documentos os seguintes anexos:
 - o Estudo Técnico Preliminar ([8281237](#));
 - o Mapa de Gerenciamento de Riscos ([8194922](#));
 - o Anexo A-I - Polo I - Equipamentos e Localidades ([8217112](#));
 - o Anexo A-IV - Polo IV - Equipamentos e Localidades ([8217119](#));
 - o Anexo B - Modelo de Ordem de Serviço ([8212745](#));
 - o Anexo C - Modelo de Relatório Técnico de Visita ([8212816](#));
 - o Anexo D - Modelo de Declaração ([8216959](#));
 - o Anexo E - Modelo de Proposta ([8217008](#)).

São Paulo, 19 de agosto de 2022

LUÍS FELIPE MOREIRA DA SILVA CASSALES

Analista do Seguro Social - Eng. Mecânico

Matr.: 2.261.878 / CREA-SP 5069196860

LEONARDO PIOVESAN

Analista do Seguro Social - Eng. Mecânico

Matr.: 2.152.426 / CREA-SP 5068969055



Documento assinado eletronicamente por **LUIS FELIPE MOREIRA DA SILVA CASSALES**, Analista do Seguro Social - Engenheiro Mecânico, em 19/08/2022, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO PIOVESAN**, Analista do Seguro Social - Engenheiro Mecânico, em 19/08/2022, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8600192** e o código CRC **20ED5C51**.

Referência: Processo nº 35014.285415/2022-92

SEI nº 8600192

Criado por [luis.cassales](#), versão 2 por [luis.cassales](#) em 19/08/2022 11:59:55.